

TERRITÓRIOS PATRIMONIALIZADOS: CENTROS HISTÓRICOS E METAPOLIZAÇÃO*

por

Paula Mota Santos**

Resumo: Partindo de uma antropologia do espaço de inspiração fenomenológica, procura-se identificar os factores que estarão em acção na sobrevalorização identitária de áreas urbanas singulares, os chamados *Centros Históricos*.

Palavras-chave: Antropologia do espaço; identidade social/património; sistemas urbanos.

Abstract: Departing from a phenomenological-informed anthropology on human space, the author briefly highlights the factors that might be at play in the turning of specific urban areas into *Historic Centres*. The latter is taken as an ideological construct closely related to social identities.

Key-words: Anthropology of space; social identity/heritage; urban systems.

INTRODUÇÃO

O objectivo deste pequeno texto é o de lançar algumas pistas de reflexão sobre espaços urbanos patrimonializados, os chamados *Centros Históricos*, entendendo-os aqui como consubstanciação por excelência de constructos sociais identitários (Santos, 2000) e que, sendo universos singulares, não são autónomos nem estanques, dependendo sempre o seu entendimento da consideração dos sistemas urbanos mais vastos dos quais fazem parte. A reflexão a propor parte de um ponto de vista que se radica numa antropologia do espaço e da identidade de inspiração fenomenológica. Seguindo no trilho da teorização sobre espaço que aborda esta realidade de um posto de vista vivencial e experiencial encontramos a obra de autores como Simmel (1950), Lynch

* Investigação levada enquanto bolsreira da Fundação para a Ciência e Tecnologia – Programa Praxis XXI – Bolsas de Formação Avançada financiada pelos POCTI – Forma e Qualificar – Medida 1.1.

** Centro de Estudos de Antropologia Aplicada, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

(1996 [1960]) Merleau-Ponty (1989 [1962]) Benjamin (1968), Lefebvre (1996 [1974]), Tuan (2001 [1977]) e Certeau (1984), constituindo-se estes como marcos exemplares da linha que aqui se deseja seguir. O espaço humano é assim conceptualizado não como um 'recipiente' onde decorre a acção humana, mas como algo produzido pela acção humana, entendida esta como experiénciação¹ e não como acção construtiva arquitectónica em termos restritos. Embora algumas das premissas fundamentais da teoria lefebvreniana sobre o espaço possam ser questionadas (Santos, 1998; 2000), a afirmação central de Lefebvre de que *o espaço é um produto social* é aqui tida como encapsulando a verdadeira essência do espaço humano.

Pode-se afirmar sinteticamente que se até há umas décadas atrás os estudos sobre cidades definiam frequentemente os sistemas urbanos através de uma geometria centro/periferia, já os estudos mais recentes abandonaram este modelo geométrico mono-nucleado, em que o lugar-central se constituía como núcleo aglutinador e definidor das dinâmicas urbanas, por um modelo poli-nucleado: a chamada *metapolis* como definida por Ascher (1998), realidade que se aproxima do que Gottediener descreve como processo de *deconcentration* (1993: 19). O que caracteriza as metapolis é uma unidade sistémica e não formal, pois podendo ser estas mais ou menos aglomeradas ou fragmentadas, polarizadas ou segmentadas, densas ou difusas, o que é certo é que uma metapolis é uma unidade de sistema urbano que integra num conjunto heterogéneo espaços e modos de vida variados, não se consubstanciando necessariamente numa unidade espacialmente sequencial.²

Este processo de metapolização, e a conseqüente perda de importância dos modelos *christallerianos*, presencia também o desenvolvimento de um funcionamento em rede a uma escala internacional dos grandes centros urbanos. Segundo Ascher (1998) este processo de metapolização alarga a influência e o poder de atracção das grandes aglomerações ao mesmo tempo que vai, não só constituindo a emergência de outras e novas centralidades, como também vai trazendo a recomposição da centralidade das cidades antigas.

Patrimonialização e construção identitária – o estatuto de Património Mundial

Como já anteriormente afirmei (Santos, 2002), o desejo de conservar extensas áreas de edificado é recente e historicamente aberrante. Salvo algumas excepções de

¹ E logo, interacção social. O neologismo "experiénciação" é utilizado aqui no sentido kantiano de conhecimento do lugar como conhecimento verdadeiramente local, logo mais como *Erlebnis* ("experiéncia que se vive"), do que como *Erfrung* ("experiéncia já vivida") (Casey 1996: 19).

² Podem as metapolis apresentar uma organização em eixos e raios, realidade que está intimamente ligada com o desenvolvimento dos meios de transporte rápido.

preservação intencional de determinados edifícios, a maior parte do edificado antigo que podemos observar no Presente deve a sua sobrevivência mais ao acaso, à negligência e falta de vontade de renovação urbano/arquitectónica, do que a acções deliberadas de preservação e conservação, sendo esta última uma atitude que surge só por volta dos finais do sec XVIII e inícios do XIX (Graham, Ashworth, Tunbridge, 2000). Este relevar do Passado através da sua expressão histórico-monumental está profundamente ligada ao ambiente cultural europeu de então – altura em que devido aos avanços da Geologia (Lyell) e Biologia (Darwin) a sociedade europeia se consciencializa da profundidade temporal do seu passado –, sendo também o sec XIX o período em que o Passado e a História se constituem como matéria-prima fundamental para as construções Estado-nacionais de então (Kohl e Fawcet, 1995).

Nas décadas de 50 e 60 do século passado, a atitude em relação aos centros urbanos com acentuado valor histórico caracterizou-se por uma abordagem monumentalista que tinha como objectivo a recuperação e restauro de um monumento *per se*, passando então a estratégia da valorização deste pelo torná-lo atractivo à indústria do Turismo. Os anos 70 e 80 são marcados por uma profunda reflexão e consolidação de conhecimentos em que se procurou colocar as questões patrimoniais no contexto do processo histórico e de desenvolvimento urbano. Por seu lado a década de 90 é marcada por um entendimento holístico da preservação da cidade histórica, em que os planos de conservação das zonas históricas se inserem nos projectos de revitalização e desenvolvimento urbano e social da cidade como um todo, não mais sendo vistos isoladamente. Verifica-se também um consenso crescente quanto à não sustentabilidade da conservação se esta for levada a cabo unicamente pelo fito da preservação histórica: além de ser muito onerosa não é sustentável, pois não resolve os problemas (normalmente de cariz social) que causam a deterioração do património em questão (Mutal in press).

Neste Presente fortemente marcado por políticas de conservação (conservação de espécies animais, de ecologias, sem dúvida; mas conservação também de vestígios do passado, de tradições e costumes tidos como ancestrais³) assistimos a uma re-conceptualização das zonas antigas das cidades: passaram estas zonas a ser publicamente denominadas de *Centros Históricos*, denotando a atribuição de uma nova cartografia simbólica a estes espaços. Na maior parte dos casos, e especificamente nos casos portugueses de Évora, Porto e Guimarães, os chamados centros históricos sobreviveram até a este Presente patrimonialmente atento devido ao abandono que essas zonas urbanas foram votadas pelos poderes centrais e locais, e não por acção intencional de

³ No caso particular da história recente portuguesa veja-se a problemática levantada pela realização dos 'tradicionalis' espectáculos tauromáquicos com touros de morte em Barrancos, erguidos como bandeira identitária das populações locais.

preservação patrimonial das mesmas.⁴ Assim, este Presente atento à mais-valia patrimonial provoca no imaginário simbólico dos que usam e habitam a cidade uma mutação: as zonas antigas passam de '*zonas degradadas*' a '*zonas históricas*'.

A UNESCO tem hoje dois grandes tipos de património passível de ser classificado: o património tangível (material) e o intangível (não material). O primeiro existe como tal desde 1972, e o último foi criado recentemente no ano de 1999.⁵ Analisando as classificações de Património Mundial tangível da UNESCO verifica-se um maior peso da categoria patrimonial intitulada '*Propriedades Culturais*' (77%) sobre a '*Natural*' (20%) e a '*Mista*' (3%). Dos Sítios Património Mundial classificados pela suas propriedades culturais a subcategoria que mais peso parece ter é a de '*Cidades e Centros Históricos*'.⁶ Esta categoria de Sítios Património Mundial torna-se ainda mais interessante se analisarmos a sua progressão temporal (Fig. 1). Depois de uma quebra acentuada em 1989, a quantidade de *Centros Históricos* a ser classificada tem crescido exponencialmente por comparação com a década inicial (1978 /1988). Assim, de 1978 a 1988 foram classificados 36 *Centros Históricos*; de 1990 a 2000 foram classificados 59. Assim, num período igual de 10 anos, foram classificados em média, até 1989 3,3 *Centros Históricos* por ano e, após 1989, 5,4 *Centros Históricos* por ano.

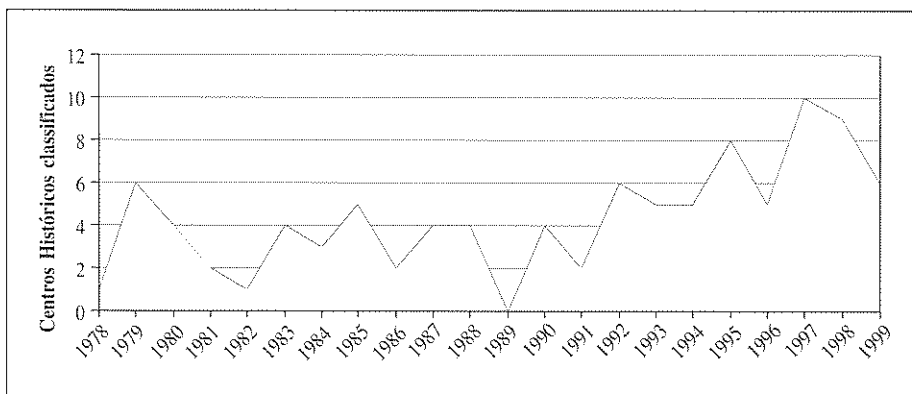


Fig 1 – Progressão temporal da classificação dos Centros Históricos
– Propriedade Cultural /Património Mundial UNESCO

⁴ No caso particular do Porto refiram-se os planos de renovação urbana de meados do sec XX que projectavam a demolição do casario da parte antiga na zona da Ribeira e Barredo, substituindo-o por uma realidade urbana de racionalidade moderna, e que nunca foram concretizados por falta de financiamento.

⁵ Para um breve historial deste processo ver Santos (2002: 42).

⁶ A UNESCO não dispõe de estatísticas fiáveis por subcategorias de propriedades relativas aos locais classificados como Património Mundial (muitos dos sítios classificados inserem-se em mais que uma sub-categoria), encontrando-se presentemente esta organização a elaborar uma re-classificação e ordenação dos sítios classificados património mundial.

Vários factores podem ser referidos como estando em acção na construção desta realidade objectiva traduzida pelas classificações da UNESCO. Os factores em causa estão intricadamente inter-relacionados, sendo aqui referidos sequencialmente unicamente por uma questão de facilidade expositiva do argumento.

1. Globalização e afirmações identitárias

A chamada Globalização e a sua convergência espaço-tempo foram creditadas com a responsabilidade de trazer 'o fim da história' (Harvey, 1989). Hoje é no entanto claro que tal não é assim. Globalização como uniformização foi o chavão inicial das análises sobre este tema. Mas, como cabalmente mostra Miller (1994; 1995), Globalização não resulta na MacDonalidização do globo: uma americanização onde tudo é igual a todo o resto, onde a individualidade do EU (a qualquer escala, seja ela regional, nacional, étnica, ou outra) estaria condenada pelo diluir dos seus traços característicos numa imagem estereotípica internacionalizada, produzida em massa, e transportada que nem vírus letal pelos mass media: a rádio, os jornais, e, principalmente, a televisão e o cinema (este último através da produção dos grandes estúdios americanos). O que o Presente nos mostra, então, é não uma uniformização apocalíptica, mas sim, um aumento das estratégias de sublinhar, marcar, enfatizar e criar diferenças. De acordo com Featherstone (1997) tal resulta de uma conjuntura em que o subalterno (principalmente o pós-colonial, mas não só) está agora a retorquir ao Ocidente. Miller (1995), por outro lado, tem uma visão mais optimista e fala principalmente de uma diferença ou diversidade à posteriori, entendida como resultante do consumo diferencial e diferenciado daquilo que uma vez se pensou que eram instituições globalizantes e homogeneizantes. Estas formas diferenciadas de consumo não são vistas por Miller nem como continuidade nem como sincretismo: vê-as antes como formas totalmente novas de diferenciação que emergem do explorar das novas possibilidades trazidas pela experiência dessas novas instituições (Miller, 1995: 3). A renovada centralidade dos chamados Centros Históricos inserem-se nesta dinâmica de enfatização identitária. Esta realidade é particularmente visível no que respeita aos Sítios Património Mundial classificados nas novas nações que emergiram da dissolução da antiga União Soviética. Assim a Lituânia, Letónia e Estónia tem todas um único sítio classificado como Património Mundial, e nos três casos os sítios são todos Centros Históricos: Vilnius (1994), Riga (1997) e Talin (1997), respectivamente.

2. Globalização e competição urbana

Segundo alguns autores (Martinotti, 1993; Gottdiener, 1997), as grandes metrópoles do Presente não mais representam o topo hierárquico de sistemas urbanos nacionais individualizados, agindo sim como segmentos de sistemas multinacionais que existem a uma escala global: é a chamada 'LosAngelisação' das metrópoles contemporâneas. No entanto, neste sistema-mundo que, pelo menos aparentemente, seria responsável pela uniformização de determinadas áreas metropolitanas (mesmas lojas, mesmos serviços, mesmos restaurantes, uma reprodução de lugares idênticos resultante do sistema de *franchising*), encontram-se as cidades não numa relação de igualdade, mas sim numa relação de forte competição na tentativa de atrair o segmento de topo do sistema económico, isto é, as sedes das grandes empresas que têm um papel preponderante nas economias nacionais e mundial bem como os grandes eventos de atracção internacional (grandes exposições mundiais, campeonatos desportivos internacionais, etc). Organizações cuja base é a própria cidade/metrópole são criadas com o objectivo recrutar e atrair actividades económicas importantes⁷.

3. Sociedade de consumo e tematização

Um outro ponto a considerar são as mudanças nas estratégias de marketing produzidas pela natureza extremamente competitiva do sistema económico em que vivemos. Assim, a população de consumidores é dividida em diversos segmentos caracterizados por diferentes estilos de vida e, conseqüentemente, diferentes necessidades e aspirações. A esta segmentação do mercado de consumo podemos ligar a crescente utilização do uso de temas por parte daqueles que querem vender um qualquer produto. O mercado imobiliário das zonas suburbanas, os centros comerciais, os restaurantes, o vestuário, as várias formas de telecomunicações, são alguns exemplos de produtos cujo sucesso em termos de consumo está cada vez mais ligado a uma tematização, isto é, à capacidade que os seus agentes de venda têm de os ligar a um estilo de vida, a um modo de estar.

A interligação dos pontos 1 e 2 acima referidos com este ponto 3 faz-nos desembocar numa das actividades que mais marca o modo de vida ocidental no último meio século e que é factor marcante das dinâmicas de fruição dos Centros Históricos: o Turismo.⁸ Cada vez mais as partes antigas das cidades, sujeitas ou não a processos de

⁷ Na história recente portuguesa destaque-se como materializações desta tendência de competição e ligação em rede a Lisboa 94 e o Porto 2001 (Capitais Europeias da Cultura), a Expo 98, e o próximo campeonato Europeu de Futebol em 2004.

⁸ Para uma abordagem extensiva do turismo como actividade marcante do último meio século do modo de vida ocidental ver Lögfrén (1999).

reabilitação e renovação urbana, se constituem como focos de interesse do turista cultural, sendo activamente promovidas como local de visita turística. No entanto as partes antigas das cidades, além de serem locais de interesse turístico para visitantes, são também vistos pela comunidade local como locais primevos: nas partes antigas das cidades se localiza espacialmente a geografia da genealogia material (a arqueologia e a história) da cidade do Presente. Ali, no que é hoje o Centro Histórico, nasceu um dia a cidade que se visita hoje. A centralidade emocional⁹ destes espaços na cartografia simbólica da cidade é bem exemplificada pelo topónimo que foi escolhido para uniformemente designar estas áreas das cidades: **Centro** Histórico, e não, por exemplo, Parte ou Área Histórica.

Património como Mito e Centralidade

Segundo Barthes (c 1976), o MITO é um modo de significação, um tipo de discurso não definido pela sua mensagem, mas pela forma como esta é enunciada. Este modo de significação tem duas funções: referenciar e dar a conhecer. O Mito faz-nos entender algo e impõe-nos esse mesmo algo. “Quando o significado se torna forma, perde a sua contingência: a história evapora-se e só a imagem fica.” (Barthes, 1976: 258). Os chamados Centros Históricos e a as suas significações identitárias são então mitos no sentido definido por Barthes. Como consubstanciações identitárias são lugares-mito (Shields, 1991), esvaziados da sua contingência de modo a significar essência. Tal processo é materializado no discurso que se tece sobre estes lugares e onde se encontram sempre dois temas: Tradição (preteridade/*pastness*) e Património (entendido como uma realidade intemporal, mas nunca ahistórica). Este mesmo processo pode ser visto na relação que o Porto enquanto cidade como um todo tem com o seu Centro Histórico, em que o define como lugar central, porque primevo, da cidade enquanto espaço físico e da sua identidade social, entendida esta como modo estruturado de pensar, sentir e agir (a identidade *tripeira*).

Esta centralidade geneológica – que é arqueológica e paleontológica – é paradoxalmente reforçada pela marginalidade (resultante do processo histórico de negligência acima já referido) que habitualmente é adscrita a estas áreas urbanas. Devido a estas circunstâncias, nos centros históricos vivem normalmente populações pertencentes a estratos sócio-económicos debilitados, cujos modos de vida são conotados com uma *permanência*, sendo esta entendida como estando intimamente relacionada

⁹ E não geográfica, pois muitas vezes na realidade o centro histórico não está no centro euclidiano da cidade do Presente.

com formas antigas (não modernas e, portanto, *tradicionais*) de viver em sociedade.¹⁰ Este sentido de *preteridade* (*pastness*) (Pina Cabral, 1989) percorre a zona antiga do Porto enquanto território singular parte da cidade, constituindo esta zona urbana em fonte privilegiada do sentido de pertença e identidade *tripeira*. Seguindo o raciocínio de Barthes no que respeita ao discurso do Mito, a parte antiga do Porto não é importante porque é histórica, mas porque *significa* o Porto. Esta capacidade de significação do Porto (cidade e identidade) é, por exemplo, perfeitamente visível na iconografia do bilhete postal ilustrado (moderno e antigo) ou na representação fílmica. No que respeita ao último contexto, desde *Douro Faina Fluvial* (Manoel Oliveira, 1931), passando por *Anikibóbo* (Manoel Oliveira, 1942) e *A Costureirinha da Sé* (Manuel Guimarães, 1958), para finalmente desembocar em *Jaime* (J.-P. Vasconcelos, 1999), a parte antiga do Porto – o Centro Histórico – é sempre o *locus* fílmico central da cidade e da sua identidade. A cidade que é filmada como personagem central é a parte antiga do Porto, e se outras zonas da cidade podem brevemente figurar nestas construções fílmicas, é sempre na zona antiga que a trama principal se desenrola, pois é esta o Porto que os personagens principais habitam.

Se a metápolis engloba em si espaços heterogéneos, a parte antiga do Porto apresenta-se como um desses espaços singulares parte de um sistema urbano mais vasto e sem o qual não pode ser entendida. O investimento mais recente da edilidade no reforço do Porto como destino turístico enfatiza o Centro Histórico e o Vinho do Porto, enquanto as atrações de uma maior modernidade – vide Museu de Arte Contemporânea de Serralves – parecem não participar tão fortemente do mesmo sistema de marketing cultural e turístico. Nas margens da cidade, quer geográfica quer socialmente, a parte antiga é elevada a centralidade primeva pela cidade dominante, o que cria uma série de tensões inexistentes em qualquer outra zona da cidade: à centralidade patrimonial histórica/arquitectónica corresponde a heterodenominação ‘*Centro Histórico*’, uma que entra em jogo de tensões com a pluralidade de autodenominações dos espaços existentes na parte antiga do Porto¹¹ e com a consciência dos seus habitantes de uma existência feita nas margens da cidade. Este jogo de tensões espelha também uma profunda diferença de *ethos* vivencial: embora tendo orgulho na recente mais-valia patrimonial do seu espaço, os habitantes do Porto velho valorizam principalmente o cumprimento do *ethos* de viver em comunidade, o de cumprir com as obrigações comunitárias não enunciadas ou escritas mas intuitivamente sabidas, traduzam-se elas

¹⁰ O mesmo tipo de ‘essencialização’ pode ser verificada na parte antiga de Havana, Cuba (tese de doutoramento em curso de Matthew Hill Univ de Chicago, USA), no bairro do Pelourinho, S Salvador da Baía, Brasil (tese de doutoramento em curso de John Collins Univ de Michigan, USA), ambos sítios classificados como Património Mundial pela UNESCO.

¹¹ Vitória, Miragaia, Sé, Ribeira, Bainharia de Cima, Guindais, Escadas Monte Judeus etc, é o modo plural como os habitantes desta zona referenciam os lugares do Porto antigo que habitam.

pela partilha de umas sardinhas ou pelo imperativo do não 'chibar' sobre os ilícitos dos vizinhos. Se o espaço humano é socialmente produzido (Lefebvre, 1996), o espaço patrimonializado, deve então ser entendido não como conjunto de pontos singulares mas como constelações produzidas pelas mais variadas relações sociais que intersectam os lugares numa multiplicidade de formas, revelando assim o carácter caleidoscópico do espaço humanizado. A crescente importância das áreas urbanas históricas – espaços identitários por excelência – insere-se numa alta-modernidade que enfatiza a diferença num mar de iminente indistinção trazida, entre outros factores, pelos processos de extensão metropolitana da cidade e o surgimento da metápolis.

Porto, Março 2003

BIBLIOGRAFIA

- ASCHER, F. (1998). *Metapolis – Acerca do Futuro da Cidade*, [1995], Oeiras, Celta Editora.
- BARTHES, R. (c1976). 'O Mito, hoje', in *Mitologias*, Lisboa, edições 70, pp. 249/298.
- BENJAMIN, W. (1968). *Illuminations*, New York, Schocken.
- CASEY, E. S. (1996). "How to set space to place in a Fairly short stretch of Fine – Phenomenological Prolegomence", in Feld, S. e Basso, K. (org.), *senses of place*, Santa Fé-NM, SAR Press, pp. 13/52.
- CERTEAU, M. (1984). *The Practice of Everyday Life*, Berkeley, University of California Press.
- GOITDIENER, M. (1993). *A Produção Social do Espaço Urbano*, [1985], S Paulo, Editora da Universidade de S Paulo.
- (1997). *The Theming of America – Dreams, Visions, and Commercial Places*, Boulder – Colorado, Westview Press.
- GRAHAM, B., ASHWORTH, G. J., AND TUNBRIDGE, J. E., (2000). *A Geography of Heritage – Power, culture and Economy*, London, Arnold.
- HARVEY, D. (1989). *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Basil Blackwell.
- KOHL, P. L., AND FAWCETT, C. (org.), (1995). *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LEFEBVRE, H. (1996). *The Production of Space* (1974), Oxford, Blackwell.
- LÓGFREN, O. (1999). *On Holiday: A history of Vacationing*, Berkeley, University of California Press.
- LYNCH, K. (1996). *The Image of the City*, (1960), Cambridge, MSS and London, The MIT Press.
- MARTINOTTI, G. (1993). *Metropoli – La nuova morfologia sociale della città*, Bologna, il Mulino.
- MERLEAU-PONTY, M. (1989). *The Phenomenology of Perception*, [c1962], London Routledge.
- MILLER, D. (1994). *Modernity : An Ethnographic Approach : Dualism and Mass Consumption in Trinidad*, Oxford, Berg Publishers.
- MILLER, D. (ed), (1995). *Worlds Apart – Modernity through the Prism of the Local*, London, Routledge.
- MUTAL, S. (in press). "The Future of Historic Cities/Centres. Retrospective and Perspectives. The case of Latin America and the Caribbean (with cross referenes to sites elsewhere in the world)", in Araújo, H., Santos, P. M., Seixas, P. C., (org), *Pluralidades Portuenses – Símbolos Locais, Relações Globais*, Porto, Civilização.
- PINA CABRAL, J. (1989). *Filhos de Adão, filhas de Eva – A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, D. Quixote.

- SANTOS, P. M. (1998). "Os Lugares como Espaços de Memória – temporalidade, identidade social e agência humana como elementos arquitecturais", in Seixas, P. C., Pérez, X. e Santos, P. M., (org), *Cultura e Arquitectura – Incursións Antropolóxicas no Espacio Construído*, Santiago de Compostela, Edicións Lea, 1998, pp. 91/109.
- (2000). "Identidades sociais e apropriação do espaço: o património como conceito identitário", in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 40 (3-4), pp. 9/16.
- (2002). "Um Lugar na Cidade – o Centro Histórico do Porto e a dimensão intangível do sujeito Patrimonial", in Campos, J. (org), *Porto – A Dimensão Intangível na Cidade Histórica*, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 41/53.
- SHIELDS, R. (1991). *Places on the Margins*, London, Routledge.
- SIMMEL, G. (1950). "The Stranger", in Wolff, K. H., (ed), *The Sociology of Georg Simmel*, New York, Free Press.
- TUAN, Y. F. (2001). *Space and Place – the perspective of experience (1977)*, London, Minneapolis, University of Miresota Press.